

Itabira mantém parcerias a favor dos jovens

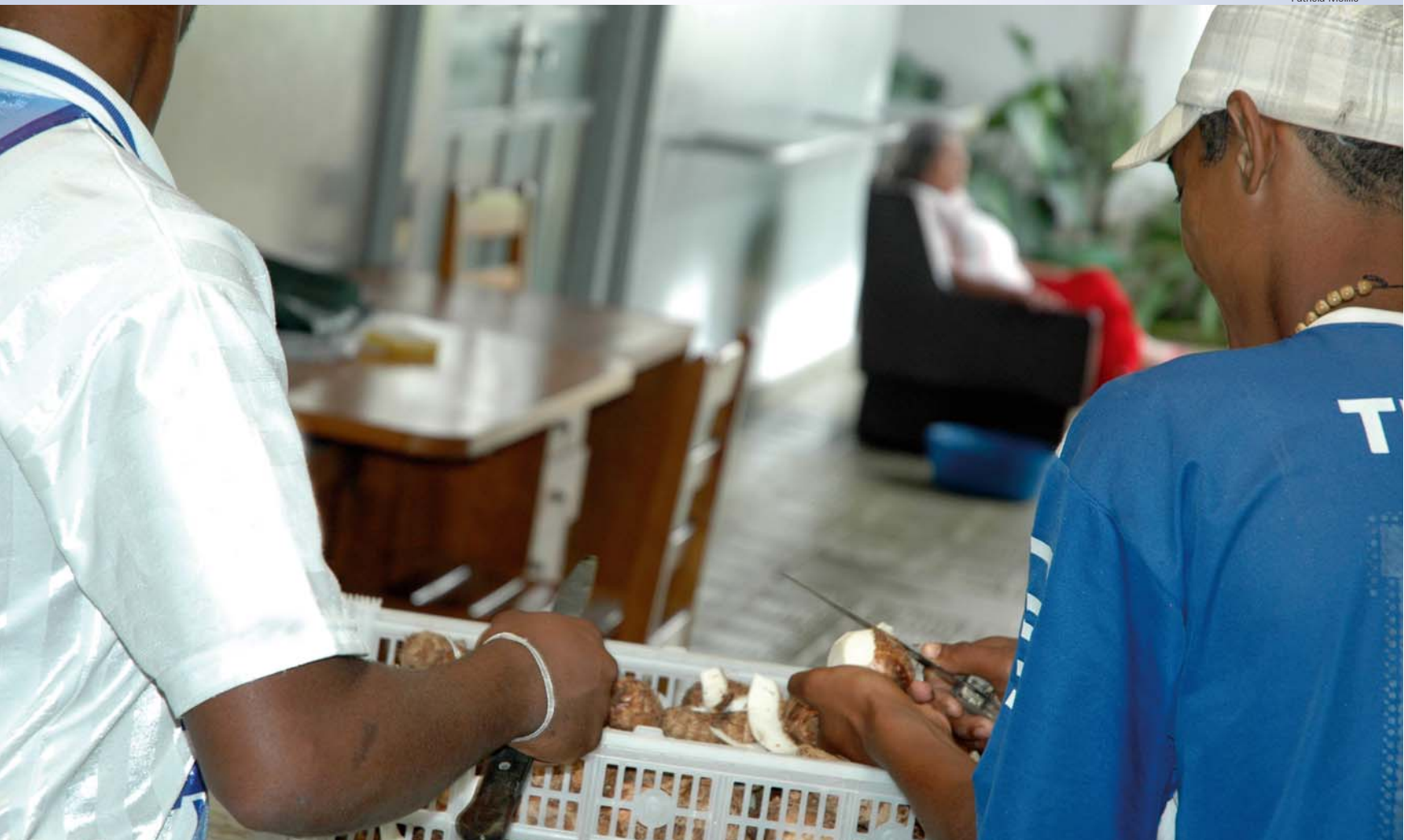
Preocupada com o aumento do número de jovens envolvidos na prática de atos infracionais, a Vara da Infância e da Juventude de Itabira mantém algumas parcerias com outros órgãos, visando sempre a ressocialização de crianças e adolescentes. Uma delas, com a Cáritas Diocesana, a Prefeitura Municipal e o Estado, desenvolve o Projeto *Âncora*, responsável pelo acompanhamento de menores que cumprem medidas socioeducativas. Na foto, J.E., 17 anos, e O.S.M., 14 anos, que prestam serviços no asilo Lar de Ozanan.

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - ABRIL - 2009
ANO 15 - NÚMERO 137

Páginas 6 e 7

Patrícia Melillo



Páscoa e renovação

“Todo dia o sol levanta/ E a gente canta/ Ao sol de todo o dia” – um dos grandes desafios do homem, traduzido nos versos de Caetano Veloso, é renascer com o sol. Mesmo reconhecendo que o fim é certo, que a morte é certa, precisamos de força para vencer cada dia. Amanhecer, entardecer, anoitecer e, de novo, despertar para a vida, com suas alegrias, dores e esperança.

A Páscoa fala, justamente, dessa necessária renovação – do nosso renascimento a cada instante, trilhando o caminho que nos devolve à Fonte que nos originou, sinônimo do Bem, Amor, Paz. Ainda que haja desvios, paradas e dúvidas, é preciso percorrer a estrada destinada ao homem, a sua trajetória na Terra.

Esse sentido de renovação envolve todas as esferas de nossa existência, os nossos relacionamentos familiares, no trabalho e outros vínculos sociais; o nosso fazer e o sentir, em toda a sua amplitude. O que passou representa experiência, traduzida em sabedoria, que nos leva para frente com mais serenidade.

O Cristianismo tem lições eternas, que precisam ser reaprendidas cotidianamente, como as que nos falam de “amar ao próximo como a si mesmo” ou de “não fazer ao outro o que não gostaria que fosse feito com você”. Pautando-nos apenas nessas duas frases, seriam necessárias reavaliações a cada instante. E o resultado não poderia ser outro, além de mais afeto, solidariedade e harmonia.

Ninguém sabe fazer o melhor, sempre. Somos todos alunos em uma escola em que há momentos de brilho de um ou de outro. Existem também casos de notas vermelhas e de resistência ao ensino – todos, em menor ou maior grau, passam por essas fases.

Voltando ao trabalho, podemos parar e pensar em vários aspectos. Primeiro, a grandiosidade de uma instituição; depois, o sentimento de impotência que isso pode suscitar. Por fim, o viés do desestímulo e do comodismo.

Mas, pelo lado oposto, é possível acreditar que uma pessoa pode mudar o mundo – o que a história de Jesus só vem confirmar. Ainda que, fazendo o melhor, com entusiasmo, o retorno será certo, a começar por nós mesmos, envolvendo também as pessoas à nossa volta.

Temos o poder de escolher a todo instante, a cada dia em que o sol levanta: temos a chance de optar por dedicação e, conseqüentemente, mais alegria, mais realização pessoal e profissional.

Nesta edição do *TJMG Informativo*, é enfocado o trabalho desenvolvido na Vara da Infância e Juventude da comarca de Itabira (páginas 6 e 7), demonstrando o despertar da consciência de agentes públicos e da comunidade para essa grave questão social. Os resultados comprovam que é possível fazer diferente, com benefícios para quem se propõe a mudar uma realidade e para toda a sociedade.

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Sérgio Antônio de Resende;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: Célio César Paduani;

Superintendentes de Comunicação:

Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos; **Secretário**

Especial da Presidência: Luiz Carlos

Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia

Simões; **Assessor de Comunicação**

Institucional: Ronaldo Ribeiro; **Gerente**

de Imprensa: Wilson Menezes;

Editores e Jornalistas Responsáveis:

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG

e Patrícia Melillo - RG nº MG

04592/JP; **Revisão:** Patrícia Melillo;

Design Gráfico: Shirley Moraes e

Úrsula Baião; **Fotolito e Impressão:**

Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3344-8039

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

TJ tem novo desembargador

O presidente Sérgio de Resende empossou, no dia 30 de março, no cargo de desembargador, o advogado José Marcos Rodrigues Vieira. A mesa de honra, na solenidade realizada na Unidade Raja Gabaglia, foi composta também pelo vice-governador, Antônio Augusto Júnior Anastasia; pelo presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Alberto Pinto Coelho; pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Vital Naves e João Otávio de Noronha; pela ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabete Guimarães Teixeira Rocha, e pelo procurador-geral adjunto jurídico, Geraldo Vasques, representando o procurador-geral Alceu José Torres Marques.



Rossana Souza

Concurso escolhe ideias brilhantes



O concurso foi lançado durante o 2º Encontro Regional Administrativo, realizado nos dias 13 e 14 de março, em Patos de Minas

Renata Mendes

Wilson Menezes

Visando incentivar, incrementar e disseminar ideias e práticas inovadoras, voltadas para a agilização da prestação jurisdicional das 1ª e 2ª Instâncias, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lançou no 2º Encontro Regional Administrativo, em Patos de Minas, o concurso *Ideia Brilhante*. Podem ser inscritas também ideias que apontem para a otimização da gestão administrativa, econômico-financeira e para a implementação de ações e projetos de responsabilidade social e socioambiental.

A ideia deve estar relacionada, direta ou indiretamente, aos objetivos institucionais do TJMG. Rotinas processuais, redução de despesas, aumento de receitas próprias, melhoria no atendimento ao público, comunicação interna e melhoria do ambiente de trabalho e das relações interpessoais são exemplos de temas que podem ser abordados. Além de despertar o senso de participação nos desafios e destinos da instituição, o concurso irá contribuir para a criação de um banco de ideias e práticas inovadoras.

Premiações

As premiações serão quadrimestrais, considerando as propostas que forem encaminhadas até o quinto dia útil dos meses

de abril, agosto e dezembro. Haverá prêmios para duas categorias: ações e práticas implementadas e ideias inovadoras aplicáveis. O vencedor receberá diploma de honra ao mérito, anotação na ficha funcional e brindes. No caso de implementação de ações sugeridas, haverá divulgação do fato, com reconhecimento da autoria.

São critérios para a escolha da "Ideia Brilhante": aplicabilidade, abrangência, criatividade, praticidade, atendimento aos objetivos institucionais, resultados esperados ou obtidos, melhoria da eficiência do serviço público, especialmente quanto à prestação jurisdicional.

Inscrições

Podem participar do concurso magistrados e servidores, estatutários ou terceirizados. As inscrições, individuais ou coletivas, devem ser feitas no *Portal TJMG*, no *banner* Ideias Brilhantes ou em formulários impressos, que serão distribuídos pelos organizadores dos Encontros Administrativos Regionais.

As sugestões serão avaliadas pela Comissão Julgadora, que é integrada, conforme a Portaria 2.284/09, pela secretária do presidente, Sidneia Simões, representando

a Secretaria Especial da Presidência (Sespre); pelas servidoras Eliane Rodrigues Zaramella, do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), representando a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) e Mônica Henriques Gonçalves de Azevedo, representando a Assessoria de Gestão da Inovação (Agin).

Mais informações sobre o concurso podem ser obtidas pelo telefone (31) 3237-6911, da Sespre, ou pelo *e-mail* ideiabrilhante@tjmg.jus.br.

Mais informações sobre o concurso podem ser obtidas pelo telefone (31) 3237-6911, da Sespre, ou pelo *e-mail* ideiabrilhante@tjmg.jus.br



Fotos: Renata Mendes

Enjur em Varginha

A cidade de Varginha, no Sul de Minas, recebeu, nos dias 6 e 7 de março, o 1º Encontro Jurídico Regional (Enjur). O evento reuniu magistrados da região para discutir sobre as questões jurídicas mais em voga. O encontro, que é o primeiro de uma série que será promovida durante todo o ano de 2009, é uma realização do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). Em seu pronunciamento, o desembargador Reynaldo Ximenes, superintendente da Ejef e segundo vice-presidente do TJMG, disse que Varginha foi escolhida para o 1º Enjur 2009 por várias razões, dentre as quais a necessidade de se celebrar, junto com os operadores do direito na região, a elevação da comarca à entrância especial.

Time do TJ já tem hino

“PJD, PJD, PJD! Vencer, vencer, vencer!” É com esse refrão que jogadores e torcedores do PJD, time de futebol formado por servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), canta suas vitórias. Bicampeão do torneio organizado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça de Segunda Instância (Sinjus), em 2007 e 2008, o time está se preparando para voos mais altos.

Segundo o presidente da equipe, Warlen Teodoro Rodrigues, da Supervisão de Transportes do Tribunal, a Associação Atlética Desportiva PJD está buscando filiar-se à Federação Mineira de Futebol (FMF) para a disputa dos principais campeonatos amadores do Estado, como a Copa Itatiaia e a Copa Centenário. “Nossa ideia é nos filiar à Liga Desportiva de São José da Lapa, porque, no interior, as chances são melhores, inclusive de encontrar espaço para treinar e jogar, gerando oportunidades também aos adolescentes de 13 e 14 anos”, afirma Rodrigues.

O hino do clube foi composto pelo próprio presidente e foi gravado pelo servidor Joaquim Daniel, assistente especializado do Tribunal e membro da diretoria do time. Uma nova versão, com a participação de uma voz feminina, está sendo preparada e ficará pronta ainda durante o mês de abril. Segundo Warlen Rodrigues, a ideia é vender cópias do CD com o hino para levantar fundos, já que a filiação à FMF vai gerar despesas para o time. A diretoria do time é formada também por Cássio, Luiz, Ismael Nielson e Filipe.

Muriaé

No dia 27 de março, o presidente do Tribunal de Justiça inaugurou também a Vara de Execuções Criminais, da Infância e Juventude e Cartas Precatórias Criminais de Muriaé, na Zona da Mata. E, no dia 28, o desembargador Sérgio Resende presidiu o III Encontro Administrativo Regional na comarca.

Comarca de Patrocínio

O presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, e o juiz diretor do Foro de Patrocínio, Valter Rocha Rubio, instalaram, no dia 13 de março, a Vara de Execuções Criminais, Execuções Fiscais e Cartas Precatórias Criminais da comarca. Além deles, o desembargador Maurício Barros descerrou a placa que faz referência ao evento. O desembargador Sérgio Resende acentuou que era com grande satisfação que instalava a nova vara em Patrocínio e ressaltou que todas as ações da Administração do Tribunal estão voltadas para o aprimoramento dos serviços judiciários, especialmente da 1ª Instância. “Os fóruns são as verdadeiras Casas da Justiça, que acolhem os cidadãos e testemunham seus sofrimentos. Por isso, é importante a ampliação da estrutura de atendimento, para agilização das decisões judiciais”, concluiu.



Acreditar e vencer, apesar das adversidades

Vanderleia Rosa

A trajetória econômico-social do Brasil é marcada por altos e baixos. Planos econômicos recessivos, inflação, desemprego, carga tributária alta, crises internas ou motivadas por fatores externos. Driblando contratempos e dificuldades, os brasileiros vão se desdobrando e buscando alternativas.

Também nas instituições, muitas são as histórias de luta e de conquista vividas por trabalhadores. Pessoas que, acreditando nas suas potencialidades, enfrentaram desafios de toda ordem e, hoje, podem se dizer vencedoras. No Tribunal de Justiça de Minas, não faltam casos de magistrados e servidores que fizeram da coragem e da dedicação suas aliadas na busca da ascensão profissional.

Cássio Leandro de Lima, lotado no Serviço de Transporte, conta como foi sua história no TJ. Começou, aos 14 anos, como trabalhador-mirim, lotado no Gabinete de Apoio aos Desembargadores. Lá fez muitos amigos

do profissionais da área. Já como estudante de Direito, foi assistente judiciário. Sua mais recente vitória foi a conclusão do curso de graduação. Nos seus planos atuais, a preparação para o concurso da OAB. Depois, na busca de novos horizontes, o seu olhar estará voltado para os concursos públicos.

O oficial judiciário Wagner de Jesus Ferreira também tem uma história de luta e dedicação.

No Tribunal de Justiça de Minas, não faltam casos de magistrados e servidores que fizeram da coragem e da dedicação suas aliadas na busca da ascensão profissional

Ingressou no TJ em 1996, aos 16 anos, como trabalhador-mirim, lotado no Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. Após experiência em um pequeno escritório de advocacia, deslumbrou-se com o tamanho da instituição. Aos 18 anos, foi indicado para trabalhar no gabinete da 1ª Câmara Criminal como funcionário terceirizado. Com o apoio de servidores, preparou-se para o concurso do TJ. Aprovado, tomou posse em julho de 2002, sendo lotado na 1ª Secretaria Criminal, onde atuou até final de 2008. Atualmente, responde pela Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância (Sinjus) e cursa o 8º período de Direito. Crescendo



Fotos Renata Mendes

Atualmente Wagner de Jesus responde pela Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sinjus

junto com o Tribunal, Wagner tem planos para o futuro. A carreira jurídica é um deles.

Confiança

"Este concurso é muito difícil". Por várias vezes, ela ouviu essa frase, mas nunca desistiu. Sempre pensava: é difícil, mas não é impossível. Quem conta é a juíza do Juizado Especial de Pará de Minas, Silmara Silva Barcelos. Ela começou a trabalhar cedo, como servidora de cartório judicial em Pitangui. O crescente interesse pela área jurídica a fez cursar a Faculdade de Direito, apesar das dificuldades financeiras. Em 1994, aprovada no concurso do TJ, é nomeada escrevente da comarca de Pitangui. Ali, relatou, aprendeu muito e aproveitou todas as oportunidades para crescer e adquirir conhecimento. Acompanhava audiências, colaborava em pesquisas de jurisprudência, procurava desempenhar suas funções sempre da melhor maneira. Confiante e determinada, Silmara Barcelos se preparou para o concurso da magistratura durante cinco anos. Grávida, com filho pequeno, teve que fazer muitas renúncias. Esforço que foi recompensado.

Outra história de de-

terminação é a da servidora aposentada Raimunda Paulina Coutinho de Lima. Antes de ser aprovada no concurso do TJ, ela foi professora pública - num tempo em que os salários se atrasavam -, funcionária da Junta Comercial, empresária, profissional autônoma. Filha adotiva, Raimunda aprendeu a não ter medo da vida e acreditar em si mesma. Mãe de cinco filhos, sempre buscou sua independência financeira. Relembrando o tempo em que se preparou para o concurso do TJ, ela conta: "Eu fazia todas as tarefas de casa ouvindo os conteúdos das provas, que eu gravava. E quando me perguntavam quantas vagas havia eu respondia: 399, porque uma já é minha". Apesar de ter trabalhado pouco tempo no Fórum Lafayette, porque logo depois se aposentou, ela sempre participa dos bazares de artesanato da instituição. Dividindo-se entre a família e os trabalhos manuais, que ela adora, Raimunda não pára.

Além desses, a instituição tem outros inúmeros exemplos de profissionais que venceram as dificuldades impostas pela vida e surpreenderam.

Raimunda Paulina sempre participa dos bazares de artesanato dos servidores da Justiça



Cássio Leandro de Lima formou-se recentemente em Direito

e, incentivado por desembargadores e servidores, aprendeu a apreciar o Direito, assistindo a sessões de julgamento e ouvindo

Âncora e Justiça resgatam jovens em Itabira

4 Ao iniciar o acompanhamento do adolescente e sua família, percebe-se que esse grupo, na maioria dos casos, estava com seus direitos básicos negligenciados, e o ato infracional é como um pedido de socorro”

Patrícia Melillo

Conhecida por sua riqueza mineral e por ser a terra natal do poeta Carlos Drummond de Andrade, Itabira possui uma realidade que nem sempre é motivo de orgulho.

Localizada a 110 km de Belo Horizonte, a cidade apresenta índices significativos de violência. O mal já atinge crianças e adolescentes, que acabam envolvidos com o tráfico de drogas e conseqüente prática de atos infracionais, o que contribui para elevar os números da criminalidade.

Os dados fornecidos pela Vara da Infância e da Juventude da comarca revelam a triste realidade: no ano de 2007, foram registradas 545 ocorrências policiais, dentre elas, sete homicídios envolvendo menores. De acordo com a juíza cooperadora na Vara

Criminal e responsável pela Vara da Infância e da Juventude da comarca até fevereiro deste ano, Cibele Mourão Barroso, 80% desses crimes possuem algum tipo de relação com o tráfico de drogas. O titular da Vara Criminal de Itabira é o juiz Ronaldo Vasquez.

Redução de atos infracionais

A boa notícia, segundo Cibele Mourão, é que esses números vêm caindo gradativamente. Enquanto em agosto de 2008, foram cometidos 77 atos infracionais por adolescentes, em novembro do mesmo ano, o número passou para 31. A juíza acredita que um dos fatores que podem ter contribuído para essa redução seria uma resposta mais rápida da Justiça. Entre julho e novembro de 2008, foi determinada a internação de 12 adolescentes para cumprimento de medida socioeducativa e de cinco para tratamento contra dependência química.

Nesse sentido, a magistrada faz questão de destacar a importância da parceria que a Justiça de Itabira mantém com o Projeto *Âncora*, responsável pela execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, da forma que são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“Registramos, com muita satisfação, um grande índice de reeducação dos adolescentes, que abandonam definitivamente a prática de atos infracionais. Alguns, inclusive, permanecem no local de trabalho mesmo após o cumprimento da medida. Muitos encontram na “família Âncora” o apoio, o auxílio, o equilíbrio que, às vezes, lhes faltam no lar”, ressalta a juíza.

Projeto *Âncora*

O projeto *Âncora* foi criado em 2004 pela Cáritas Diocesana de Itabira (organização social da Igreja Católica) e ampliado em 2008, através de convênio com o Estado de Minas Gerais e o Município de Itabira.

Os adolescentes que cumprem a medida de liberdade assistida são atendidos semanalmente por um psicólogo e uma assistente social do projeto, que realizam os encaminhamentos necessários para as áreas de educação, saúde, profissionalização, esporte e lazer. Eles contam também com o auxílio de voluntários da comunidade, que realizam visitas domiciliares, dando suporte e orientação à família e ao adolescente.

Quando a medida determinada é a de

prestação de serviços à comunidade, o adolescente é atendido individualmente para identificação de suas aptidões e área de interesse. Então, os técnicos do projeto fazem contato com uma instituição e o encaminham para ela. Durante a prestação de serviço, o menor recebe visitas periódicas dos técnicos, que verificam como está sendo sua adesão às atividades propostas.

O projeto conta com a parceria de instituições como o asilo Lar de Ozanan, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itabira (Apae), o Viveiro Municipal (mudas de plantas), a Biblioteca Pública, a creche da Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Itabira e a Associação dos Técnicos da Vale (Ativa).

Atualmente, o *Âncora* acompanha o cumprimento de medidas socioeducativas de 58 adolescentes. As famílias atendidas são, em grande parte, de baixa escolaridade, com renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo.

"Ao iniciar o acompanhamento do adolescente e sua família, percebe-se que esse grupo, na maioria dos casos, estava com seus direitos básicos negligenciados, e o ato infracional é como um pedido de socorro," explica Fabiana Quintão de Sá, coordenadora do projeto. Para ela, o maior desafio do trabalho com os menores é tentar alterar o olhar da sociedade, muitas vezes des-

crente da mudança "e que se omite em encarar a situação e perceber que a responsabilidade de construir um futuro melhor para esses jovens cabe a cada um de nós", conclui Fabiana.

Unidade de atendimento

A juíza Cibele Mourão comemora também o projeto, em fase inicial, da Unidade de Atendimento Integrado ao Adolescente (UAI). Segundo a magistrada, atualmente, quando a Justiça determina, por exemplo, a internação de adolescentes para cumprimento de medida socioeducativa, esses jovens têm que ser encaminhados para outra comarca, devido à falta de um estabelecimento especializado em Itabira, fato que dificulta um posterior acompanhamento dos casos.

A UAI Itabira, que se encontra em fase de implantação, é uma realização do Conselho Comunitário de Segurança Pública do município e conta com a parceria da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado, do Ministério Público, do Juizado da Infância e da Juventude, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do

Conselho Tutelar e do Comissariado da Infância e Juventude, entre outros.

Na nova unidade, os adolescentes em conflito com a lei irão encontrar o apoio e as condições necessárias para o resgate pessoal e a inclusão social, através do atendimento por uma equipe de médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, agentes educacionais e de segurança. A UAI poderá receber 12 adolescentes para internação provisória e outros para tratamento ambulatorial contra a dependência química e acompanhamento de liberdade assistida e das prestações de serviços à comunidade.

A unidade possibilitará a necessária integração entre os profissionais de saúde e os operadores da Justiça, com espaço para atendimento pelo promotor de Justiça e pelo juiz da Infância e Juventude, além de sala para as Polícias Civil e Militar.

Com sala de multimídia e quadra para recreação e lazer, a UAI vai buscar a redução dos índices de atos infracionais no município e o encaminhamento dos adolescentes para o ensino regular, cursos profissionalizantes e tratamentos de saúde necessários para a convivência saudável com a comunidade.

Equipe do projeto *Âncora* e a juíza Cibele Mourão (D)



Trabalho em equipe para definir e atender prioridades



Renata Mendes

Planejamento estratégico

define os caminhos da Justiça

Nanci Leite

O planejamento estratégico do TJMG, relativo ao período de 2009 a 2013, foi consolidado, com a manutenção dos objetivos institucionais de agilizar a prestação jurisdicional, otimizar a gestão e fomentar ações de responsabilidade socioambiental. As Diretorias Executivas e a Corregedoria apresentaram os objetivos específicos das áreas para todos os gestores da Secretaria do TJ, em reuniões do Comitê Executivo.

A secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Cecília Belo, esclareceu que a metodologia do Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD) não será obrigatória, ficando a cargo de cada área adotar tal mecanismo. No entanto, serão mantidos a formulação de planos de ação, das metas e o acompanhamento trimestral das atividades desenvolvidas pelas diversas áreas.

As prioridades

O planejamento estratégico contempla o estabelecimento do calendário de obras, com priorização das necessidades da

Primeira Instância.

O julgamento dos processos mais antigos (anteriores a 31/12/2005) e o estabelecimento da meta de julgamento em até três anos para a 1ª Instância, além da manutenção dos prazos de 90 dias para decisão dos processos na 2ª Instância, são as principais metas ligadas à agilização da prestação jurisdicional. Aliada a elas, o incremento da cultura da conciliação, das atividades das equipes de apoio e avaliação de projetos como a mediação também são contemplados.

Desenvolvimento de Pessoas

As metas ligadas ao desenvolvimento de pessoas envolvem capacitação de servidores e magistrados, formação gerencial para escrivães e contadores, realização de seminários e treinamentos, com ênfase para a conciliação, as rotinas de secretaria de juízo e a fiscalização dos serviços judiciais e do extrajudicial.

Outras medidas importantes são a definição do quadro da 2ª Instância e dos critérios de

recrutamento de instrutores, a implantação do Banco de Talentos e revisão do Plano de Carreiras. A nova proposta do Plano de Carreiras dos servidores foi concluída pela Escola Judicial, em fevereiro último, e o documento foi encaminhado à Seplag para a realização dos estudos necessários. A proposta de regulamentação do Adicional de Desempenho também se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa.

A implantação desses projetos depende de estudo dos impactos orçamentários e da disponibilidade financeira. Envolve ainda a observância e/ou adequações dos dispositivos legais que regem cada matéria.

Questão orçamentária e reavaliação de projetos

Maior será muito importante para a definição de questões orçamentárias, uma vez

que, somente no final desse mês, poderá ser avaliado o comportamento da receita do Estado. A perspectiva é a de queda da receita. Alguns projetos que seriam de aplicação

O planejamento estratégico contempla o estabelecimento do calendário de obras, com priorização das necessidades da 1ª Instância

imediate foram adiados já no início do ano e aguardam perspectivas mais favoráveis.

Diante do quadro evolutivo de despesas do TJMG, a administração tem empreendido medidas e incentivado a utilização de mecanismos para crescimento da receita gerada pelo TJ e redução de despesas, posto que a questão orçamentária permeia todo e qualquer planejamento, sendo vital para o desenvolvimento sustentável das instituições.

Suporte às decisões

Francis Rose

Heloísa Monteiro de Moura Esteves trabalha há 24 anos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Desde setembro de 2008, a especialista em Direito Constitucional e professora de cursos de pós-graduação está à frente da Assessoria Jurídica da Presidência (Aspre), setor responsável por auxiliar o presidente Sérgio Resende em suas decisões no âmbito jurisdicional. Em entrevista ao *TJMG Informativo*, Heloísa, que é também autora de livros na área do Direito, fala sobre os projetos que tem para a Aspre e revela o carinho pelo Tribunal, onde está há tantos anos. A assessora-chefe da Aspre conta ainda sobre a preocupação em manter o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, com destaque para a busca pela espiritualidade: "Sou uma alma inquieta", confessa.

TJMG Informativo - Qual é o trabalho da Aspre?

HMME - Subsidiomos as decisões que são de competência do presidente do TJMG. Sempre que há uma ação envolvendo entes públicos, é possível pedir a suspensão da decisão. Quem vai apreciar essas situações e decidir pela suspensão ou não é o presidente do Tribunal. E a Aspre é a responsável por fornecer as informações necessárias para essa decisão. Em geral, são processos que têm muita repercussão na mídia. Também cabe ao presidente aplicar as penas nos casos de processos administrativos envolvendo servidores. Outro trabalho da Aspre é fornecer os dados solicitados pela Advocacia-Geral do Estado (AGE) nos processos em que o Tribunal é parte. São os procuradores do Estado que defendem o TJMG quando alguém ingressa na Justiça contra ele.

TJMG Informativo - Quais os projetos da Assessoria Jurídica para essa gestão?

HMME - Inicialmente, estamos trabalhando para que o setor seja informatizado. Também estamos tentando fazer um convênio com a AGE, para que ela designe quatro procuradores do Estado para atuar especificamente nos processos do TJMG. Isso melhoraria o trabalho, porque o grupo iria se es-

pecializar nas questões envolvendo o Judiciário. Outra meta, mais ambiciosa, é a de trabalhar para que, no futuro, o Tribunal crie seu próprio quadro de procuradores. É uma ideia nova, que queremos plantar nesta gestão. Atualmente, nenhum tribunal no Brasil tem isso.

TJMG Informativo - Qual a sua trajetória no TJMG?

HMME - Comecei a trabalhar no TJMG em 1985, como redatora da revista *Jurisprudência Mineira*. Depois, fui assessora do desembargador Walter Veado, assessora na 1ª Vice-Presidência, trabalhei na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e também na Corregedoria-Geral de Justiça.

TJMG Informativo - O que mudou no TJMG ao longo desses 24 anos?

HMME - O Tribunal ficou mais preocupado com o ser humano, com o servidor e seu bem-estar. Algumas iniciativas, como o Programa Servidor Integrado (Serin), os Juizados de Conciliação, as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) e o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) mostram essa evolução do Tribunal. São iniciativas que demonstravam que o TJ quer ir além de sua função de julgar. O programa *Conhecendo o Judiciário* também exemplifica a intenção do Tribunal de se fazer conhecer pela sociedade.

TJMG Informativo - Como é a Heloísa fora do Tribunal?

HMME - Atuo como professora em vários cursos jurídicos. Sou uma alma inquieta, sempre em busca da espiri-

da Presidência

tualidade. Coleciono as bonecas russas *matrioshkas* e venho utilizando-as como metáforas para conduzir oficinas para mulheres, onde trabalho a ancestralidade e a intuição. Amo viajar, sobretudo para conhecer novos roteiros. Tenho uma paixão especial pela França. Não seria totalmente feliz se atuasse apenas na área do Direito. Acredito que é importante também fornecer o alimento para a alma.

Nos últimos anos, o Tribunal ficou mais preocupado com o ser humano.

Algumas iniciativas, como as Apacs, mostram que o TJMG quer ir além de sua função de julgar"

Heloísa Monteiro explica que vários processos de grande repercussão na mídia passam pela Assessoria Jurídica

Rossana Souza



Renata Mendes

Justiça divulga movimentação processual

Lucas Loyola

Já se encontra disponível na intranet o relatório de movimentação processual das 1ª e 2ª Instâncias, referente ao ano de 2008, que foi elaborado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), por meio do Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo).

Além de demonstrar a evolução da movimentação processual e da prestação jurisdicional, os índices funcionam como importante instrumento de apoio aos gestores do TJ na hora de traçarem prioridades para elaboração de suas políticas internas. De acordo com o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, "o relatório de movimentação processual é uma importante fonte de consulta para magistrados e gestores que, através da intranet, têm acesso às informações sobre a movimentação processual em âmbito estadual."

A secretária-executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Cecília Belo, destaca que "o Tribunal de Justiça tem procurado pautar suas políticas de gestão e planejamento tomando por base informações gerenciais que possam servir de suporte à tomada de decisão, inclusive quanto à destinação dos recursos dis-

poníveis". Também para o gerente do Ceinfo, Dilmo de Castro Silva, o relatório evidencia, através dos dados estatísticos apresentados nas tabelas, gráficos e projeções, a necessidade de ampliação dos mecanismos de apoio à gestão judiciária. "É como um Raio X da atividade-fim", reforça.

Estatística

De acordo com o relatório, o TJ (2ª instância), recebeu, em 2008, 242.228 processos, tendo julgado 179.290 e encerrado 102.657, sendo que existem 67.782 processos pendentes de julgamento e um acervo total de 195.496. Ainda na 2ª Instância, cada um dos 119 desembargadores recebeu uma média mensal de 170 processos e julgou 108.

Os índices da 2ª Instância, de acordo com Dilmo Silva, demonstram resultados mais próximos do desejável do que os obtidos na 1ª Instância. Em 2008, os 871 juízes

mineiros receberam, cada um, uma média de 211 processos por mês e julgaram 160. O acervo total da 1ª Instância (Justiça Comum e Justiça Especial) era de 3.731.080 processos, sendo de 3.151.977 o acervo da Justiça comum de Primeiro Grau, em 31 de dezembro de 2008.

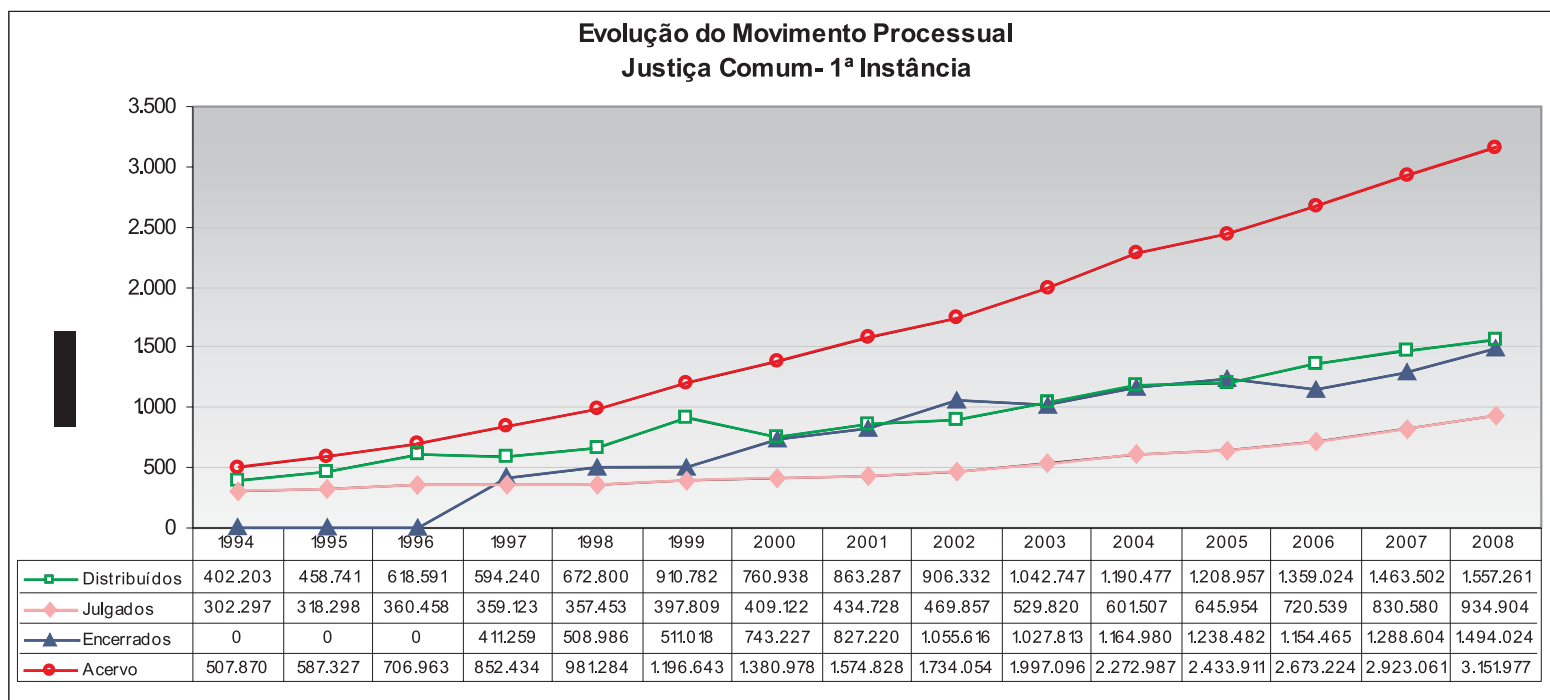
Segundo o gerente do Ceinfo, a partir desses indicadores, pode-se concluir que na Justiça de 1ª Instância há uma necessidade maior de investimentos para a melhoria da prestação jurisdicional. O aumento da capacidade de julgamento, verificado ao longo dos anos, não tem sido suficiente para atender à demanda, também crescente, havendo um

grande acúmulo de feitos em seu acervo, o que sobrecarrega o trabalho nas secretarias.

O relatório de movimentação processual de 2008 encontra-se disponível em Intranet/Consulta/Relatório de Movimentação Processual.

O relatório de movimentação processual de 2008 encontra-se disponível em Intranet/Consulta/Relatório de Movimentação Processual.

**Evolução do Movimento Processual
Justiça Comum- 1ª Instância**



Curso de Formação é etapa do concurso para juízes



O Curso de Formação em andamento se encerra no dia 2 de julho

Reinaldo M. Gomes

O Curso de Formação para ingresso na magistratura mineira, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), passa por uma das mais importantes mudanças na sua estrutura desde que foi criado em 1976. Este ano, ele constitui etapa final do concurso para o cargo de juiz de Direito substituto, conforme normas estabelecidas pela Resolução nº 1/2007 da Escola Nacional de Formação

No TJMG e no TRE, os servidores aprovados nas fases anteriores foram liberados para a etapa final sem prejuízo na carreira

e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Nos anos anteriores, o curso era ministrado somente após a nomeação dos novos juízes, que recebiam o subsídio integral do cargo. No formato atual, os candidatos recebem uma bolsa equivalente à metade dos vencimentos.

Para o segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, com a nova sistemática é possível avaliar se o candidato realmente possui os pressupostos indispensáveis para a carreira da magistratura. “Durante o curso pode-se ver se ele apresenta dificuldades para a judicatura”, pondera, ao mesmo tempo que elogia o nível dos atuais candidatos. “Pelas provas anteriores, demonstraram estar bem preparados”, acrescenta.

Entretanto, ele aponta um aspecto importante: se o candidato for servidor público ou operador do Direito concursado, como promotor, defensor público e delegado, não há uma previsão legal de afastamento para frequentar o curso, sem perda dos direitos funcionais. “É uma dúvida para o candidato, que não sabe se será aprovado. Ele não pode abandonar o cargo que ocupa nem deixar de fazer o curso. A Enfam baixou a disciplina em relação ao curso, mas não ficou definido se o período de afastamento vai ser contado como tempo de serviço”, ressalta.

O superintendente cita o

TJMG e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que se anteciparam à solução legal. Nos dois tribunais, os servidores aprovados nas fases anteriores foram liberados para frequentar a etapa final sem prejuízo na carreira. No caso dos advogados, a Ordem é comunicada do licenciamento. “Espero que para o próximo concurso a situação esteja resolvida”, avalia.

Primeiro Coordenador

Com a experiência de 46 anos no TJMG, o professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza aprova o sistema agora adotado. “Sem dúvida que o aluno, assim, empenha-se muito mais no excelente curso que lhe é oferecido”. Fiuza foi um dos responsáveis pela criação do curso de formação inicial do Tribunal, tendo sido o primeiro coordenador da Escola Judicial.

O professor lembra que, no período letivo de 1982/83, fez o curso para ingresso na magistratura, em Lisboa, no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), como se fosse juiz em Portugal. Lá, o

candidato aprovado no concurso estuda por dois anos como aluno. Se aprovado, será nomeado juiz. “Quando voltei de lá, sugeri ao TJMG o mesmo sistema para Minas Gerais, com um curso menos extenso (seis meses), levando-se em conta o interstício de quatro anos em profissão jurídica exigido no Brasil”, conta Ricardo Fiuza.

Programação

O Curso de Formação começou no último dia 2 de março e o término e a posse estão previstos para o dia 2 de julho. A programação inclui palestras, módulos de Direito Penal e Processual Penal, Privado, Público, Eleitoral e de desenvolvimento de pessoas; aulas de perícias criminais, deontologia forense e de normas gramaticais e ortográficas; redação técnica de sentenças e despachos; visitas à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, estágio nos Juizados Especiais, na Infância e Juventude e na Central de Conciliação, dentre outras atividades.

Cineclube TJ mostra o lucrativo circo da fé

Rachel Barreto

Elmer Gantry é um charmoso e eloquente caixeiro viajante, que adora bebida, farras e mulheres – bem diferente do que esperamos de um pregador religioso. Mas no filme *Entre Deus e o pecado* (1960), do diretor Richard Brooks, é justamente essa figura ambígua e cativante que vai nos levar por um questionamento sobre as relações entre igreja, poder, dinheiro e entretenimento.

A história se passa na década de 1920, na região conhecida como “Cinturão da Bíblia”, no sudeste dos Estados Unidos, marcada pela prática fervorosa da religião protestante evangélica. Ao conhecer a Irmã Sharon Falconer, Gantry decide largar sua carreira de vendedor e se tornar também um pregador.

Se as cerimônias conduzidas por Falconer já tinham grande grau de teatralidade, incluindo fantasias, músicas e emoção, Gantry as colocará em outro patamar de sensacionalismo. Em certo ponto, chega até a levar um chimpanzé ao palco, para criticar o evolucionismo, dizendo que “esse macaco pode até ser o tio de Darwin, mas não o meu ou seu!”. Tudo se torna um *show*, de proporções cada vez maiores.

Gantry é interpretado por Burt Lancaster, que recebeu pelo filme o Oscar de melhor ator. *Entre Deus e o pecado* ganhou ainda mais duas estatuetas, de melhor roteiro adaptado e de atriz coadjuvante (Shirley Jones), além das indicações como melhor filme e trilha sonora.

O Cineclube TJ apresenta *Entre Deus e o pecado* no dia 30 de abril, às 19 horas, no auditório do Anexo II do Tribunal de Justiça – rua Goiás, 253, Centro. A entrada é franca.

Cena do filme *Entre Deus e o pecado*



Bazar Dia das Mães

Variadas opções de presentes e lembranças para o Dia das Mães, a preços acessíveis, poderão ser encontrados no Bazar dos Servidores do TJMG, que será realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio, no saguão da Unidade Raja Gabaglia - Av. Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo. Velas, bijuterias, sabonetes, artigos para casa, dentre outros objetos artesanais, confeccionados pelos servidores, estarão à venda no período das 12 às 18h.

CLICK DO LEITOR

Do alto do Caminho dos Escravos, na Serra do Cipó, o quadro é magnífico! Toda a região é marcada por riachos, quedas d'água e cenários como este. Tamanha biodiversidade, a beleza do lugar, a abundância e a pureza de suas águas atraem os amantes da mãe-natureza. Lá, apesar da invasão do turismo, ainda podem ser encontrados lugares exóticos e selvagens. Para preservar toda a riqueza natural encontrada na região, foi criado, em 1984, o Parque Nacional da Serra do Cipó.

Rosana Maria – Ascom/Fórum Lafayette

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

